

POLÍTICA EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE PAUDALHO-PE EM SUA FORMULAÇÃO: O CASO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Autora Maria Clara Oliveira(1); Co-autora Cleide Maria Ferraz (2); Orientadora Cleide Maria Ferraz (3)

Universidade de Pernambuco, matanortepedagogia.coord@upe.br

Introdução

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) permite em seu artigo 11 que o município “organize” o próprio Sistema Municipal de Ensino (SME), mantenha e desenvolva os órgãos e instituições oficiais do seu sistema, integrando-o às políticas e planos Educacionais da União e do Estado (inciso I). Assim não sendo, o município poderá optar por se “integrar” ao Sistema Estadual de Ensino ou “compor” com este um sistema único de educação básica (parágrafo único).

O dever de elaborar plano de educação por parte dos estados, distrito federal e municípios firmou-se com a lei federal 10.172 de 9/1/2001 em seu art. 2º. Assim, o Plano Nacional de Educação(PNE) referido na LDB de 1996, fez-se base de um elo de planos decenais nas instâncias inferiores a partir de 2001. No entanto, conforme IBGE, cerca de 30% dos municípios ainda não possuía um plano. Provavelmente vários daqueles que o têm ainda não o utilizam como direcionador de suas políticas públicas, desconhecidas de grande parte da população.

Editado o PNE para dez anos em 2001, renova-se em 25 de junho de 2014 pela lei 13.005 que aprovou, com disputas sociais e de classe presentes no seu interior, o Plano Nacional de Educação para 2014-2024, tematizado em torno da busca por instituir um “sistema nacional de educação” e cômico da necessidade de regulamentação do “regime de colaboração” entre os entes federados, ambos apregoados na normatização nacional mas sem efetividade necessária.

O II PNE constituiu-se em um norteador da educação do país, formulado a partir de estudos, consultas, tensões e acordos políticos no contexto sociopolítico e histórico da primeira década deste século, foi aprovado para o decênio 2014-2024, com diretrizes, vinte metas e estratégias, além de prever o desencadeamento de planos de educação nas esferas estaduais e municipais. Cada município deveria elaborá-lo e aprová-lo até final de junho de 2015.

A motivação para esta pesquisa partiu da inquietação em conhecer a configuração do Plano Municipal de Educação (PME) do município de Paudalho, conscientes da importância da elaboração do mesmo como encadeamento de macro políticas públicas no setor, independente da descontinuidade de governos municipais.

Além disso, para desenvolver o interesse pela comunidade, por parte do graduando da Universidade de Pernambuco (UPE)/Campus Mata Norte, sua cidadania e criticidade, é importante que ele conheça os principais instrumentos de formulação das políticas educacionais e a dinâmica de sua formulação pelo poder público local, no município onde reside. Diante disso, e dentro do componente curricular Legislação, Gestão e Organização da Educação Nacional, desenvolveu-se esta pesquisa tomando como foco o PME.

Nesse sentido como poderia se desenvolver a sociedade e a universidade na direção da solução de problemas sociais, senão pelo estudo de políticas locais, com postura analítica?

A pesquisa teve por objetivo geral diagnosticar a formulação de políticas municipais em Paudalho, em Pernambuco-Brasil e como objetivos específicos:

- identificar se o município optou por organizar sistema de ensino próprio;
- verificar se o município elaborou o Plano Municipal de Educação;
- averiguar se a sociedade civil participou do PME;
- conhecer as metas;
- identificar os maiores desafios do PME.

Metodologia

Esta pesquisa, do tipo exploratória, é de abordagem qualitativa, com trabalho de campo. Trata-se de um estudo de caso, com pesquisa bibliográfica e trabalho de campo. A coleta de dados se fez mediante Entrevista semiestruturada, com profissional da Secretaria Municipal de Educação, bem como utilizou-se de Análise Documental de documentos oficiais, como PME, PNE e o Plano de Cargos e Carreira.

Resultados e Discussão

Através da entrevista e da consulta aos documentos oficiais, constatou-se que o município de Paudalho organizou o próprio Sistema Municipal de Ensino no início do ano de 2017 e formulou o PME no ano de 2015.

A elaboração do PME foi realizada por uma discussão transparente com o conjunto da sociedade em especial com os trabalhadores da educação através da realização de fóruns e diversos encontros, havendo participação social do conselho titular, conselho de pais, representantes do poder executivo e sociedade civil sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação. Representa compromisso assumido com a formulação e execução da política educacional retratada em metas e estratégias que preveem mecanismos de acompanhamento e avaliação, cujo desenvolvimento e continuidade, ao longo do tempo deverão ser garantidos.

Contém 15 metas e 150 estratégias, que tratam da educação básica, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação especial, educação no campo, formação e valorização dos profissionais da educação e gestão e financiamento da educação. Para o entrevistado, existem as metas mais desafiadoras que são a 2, 5, 6, 7 e 17, que tratam de universalização do ensino fundamental, alfabetização, tempo integral, qualidade da educação básica, formação e valorização dos profissionais da educação básica.

Na decisão e processualidade de fazer e realizar políticas macro, pode-se considerar que é importante o ato de planejar, que significando “selecionar modos de agir para que os governos busquem equacionar problemas por meio da intervenção e da regulação nos/dos setores sociais” (AZEVEDO, 2014). Portanto, a política busca equacionar problemas sociais e nesse sentido os órgãos públicos do setor educação selecionam modos de agir. Nesse caso, uma política enquanto programa de ação, a exemplo do PNE, Plano Estadual de Educação (PEE) e PME, é formulada sob influência de múltiplos fatores internacionais, nacionais e regionais decorrentes da globalização mundial e do neoliberalismo. Esta análise aplica-se desde o nível global ao nacional, regional e local, considerando-se inclusive as relações entre globalização e Estado.

No entanto, as diretrizes macro não são transplantadas para outro lugar, ou seja, sofrem processo de adaptação. Não têm sentido permanente os textos de uma política, pois estão sujeitos a reelaborações; no “contexto da prática” são introduzidas mudanças nos textos oficiais, o que difere do “contexto de produção de texto” (BALL, 2006).

Por outras palavras, o PME textualiza macro políticas locais conforme Ferraz (2015), em contexto da produção de texto, e nas micro políticas escolares no contexto da prática, elas se recontextualizam.

Assim como o Plano Nacional de Educação (PNE), o PME de Paudalho prevê mecanismos e estratégias de adaptações a novas exigências, efetivadas a partir da atualização contextual e legal em que estejam fundamentadas. Nesse sentido, além da avaliação contínua baseada nos dados e análises qualitativas e quantitativas, fornecidos pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica, operado pelo Ministério da Educação, também deverão ser feitas avaliações periódicas, em prazo não superior a quatro anos.

Além do PME, o município delineou uma política de carreira profissional para os professores ao construir o Plano de Cargos e Carreira (PCC).

O desenrolar do trabalho permitiu uma reflexão sobre a relevância da construção do Plano Municipal de Educação de Paudalho, cuja duração decenal respalda a continuidade da implementação de políticas públicas no setor, independente da descontinuidade de governos municipais. Nesse sentido, a análise do documento incitou o interesse por se conhecer noutra pesquisa, como se dá a gestão de recursos financeiros para atender a educação, que, se não administrada com rigor e competência, farão o plano perder sua efetiva finalidade.

Considerações finais

O PME, ao definir metas e estratégias, possibilita o planejamento de políticas de médio e longo prazo, contribuindo para o enfrentamento da descontinuidade das políticas e busca garantir uma educação que assegure um aprendizado de qualidade para todos. Sendo assim, a elaboração desse plano é de fundamental importância para o aprimoramento do processo de planejamento democrático, apesar dos desafios a enfrentar.

O Plano Municipal de Educação de Paudalho foi elaborado de acordo com o PNE, com realização de fóruns e uma Conferência, envolvendo participação da sociedade civil.

Conclui-se que o município de Paudalho - PE atuou na construção de políticas educacionais locais, elaborou o documento-base, promoveu o diálogo sobre a temática em articulação com a sociedade civil.

Referências

A importância do plano municipal de educação para desenvolver uma educação de qualidade. <https://jus.com.br/artigos/67276/a-importancia-do-plano-municipal-de-educacao-para-desenvolver-uma-educacao-de-qualidade>. Acessado em 10/05/2018

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. Plano Nacional de Educação e planejamento: a questão da qualidade da educação básica. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 8, n. 15, p. 265-280, jul./dez.2014.

BALL, Stephen J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Currículo Sem Fronteiras**. v. 6, n. 2, p. 10-32, jul./dez. 2006.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 9394. Brasília: 1996 atualizada.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Brasília: 2014

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.html. Acessado em 07/05/2018

BRASIL. Lei 10172/2001

FERRAZ, Cleide Maria. Materialização de Macro e Micro Políticas Educacionais no Brasil. Recife. 2015. Mimeo

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. 2014. http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_pme_caderno_de_orientacoes.pdf. Acessado em 09/05/2018

PAUDALHO. **Plano Municipal de Educação**. Paudalho, 2015.

PAUDALHO. **Plano de Cargos e Carreira**. Paudalho. 2005